



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

### APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PELA SECRETARIA DE GOVERNO

**PROCESSO Nº 1301/23  
PROJETO DE LEI Nº 285/23**

**REALIZADA EM 04/10/2023**

**PRESIDÊNCIA** - Ver. Ademir Pestana.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Boa noite a todos.

Boa noite. Boa a presença hoje, várias pessoas em nosso Plenário.

Declaro, aqui, aberta a presente audiência pública, onde o Poder Executivo, através da Secretaria de Governo, realizará a apresentação do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do município de Santos para o exercício de 2024. PL... a PLOA 2024. PLOA.

Essa audiência pública atende ao previsto no Artigo 48, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz o seguinte:

*“São instrumentos de transparência de gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os planos orçamentários e leis de diretrizes orçamentárias.*

*A transparência será assegurada, também, mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.*

Gostaria, desde já, convidar para já fazer parte da Mesa, o Secretário de Gestão, o Dr. Fábio Ferraz, já o convido para a Mesa.

Obrigado pela presença.

Também convidar o Secretário de Finanças Adriano Leocádio, hoje representado pelo Fremar... Gávio, é isso? Fremar Gávio, que é o seu assessor.

Gostaria também de convidar Plínio Rolim Aguiar, Economista, da... (ininteligível)..., da Segov - Secretaria de Governo.

Cumprimentar, também, o Rodrigo Santiago, Secretário em exercício de Assuntos Estratégicos, Legislativo e Metropolitano, aqui presente.

Flávia Mesquita, Etec Escolástica Rosa. Coordenadora do Curso Técnico em Administração.

Já agradecer a todos. Dizer, também, que essa audiência está sendo transmitida pelo canal da TV Legislativa, pelo YouTube também. E só.

Então, já vou passando a palavra ao nosso Secretário de Governo, para que faça a os seus comentários iniciais.

Secretário, tem a palavra. Obrigado pela presença.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Boa noite a todas, a todos.

Cumprimentar, inicialmente, nosso Presidente dessa Mesa, Presidente desse ato, Vereador Ademir Pestana... que de orçamento, inclusive, entende bastante, até pela profissão que exerce, né? Contador, contabilista e



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

também pelos cargos importantes que já ocupa na nossa cidade e, também, presidindo, portanto, esse ato, representando aqui toda a Câmara Municipal.

Cumprimentar o nosso time da Prefeitura, nosso Secretário Fremar, o nosso time aqui do Deorg, o Plínio, todo um time que está à frente da consolidação do nosso orçamento. Ronaldo, aqui também, fazendo esse papel importante, representando os demais servidores da Prefeitura.

Não posso deixar aqui de fazer um registro, cumprimentando aqui todos os alunos do Professor Plínio, né? A gente está acostumado a chamar o Plínio, o nosso colega de trabalho na Prefeitura. Mas agora a gente tem que fazer essa referência a ele, né? Nosso professor Plínio, entusiasta que é. E por favor, sintam-se... aqueles que estão... os alunos aqui do Plínio, vocês terão uma oportunidade importantíssima, de conhecer, na prática, na veia, a construção do orçamento.

Então, isso não é uma peça fictícia, não é uma peça elaborada para não ser executada fielmente, cumprida é pelos gestores públicos. É o que a gente pode dizer, ali, de tudo o que será regrado, no próximo... no próximo ano, no próximo exercício. Temos as regras de ouro que, sem dúvida, o professor já passou isso para vocês – né? –, que é do equilíbrio entre a receita e a despesa. E esse talvez seja o principal ponto em que a gente tem que ter um olhar muito claro.

Temos um ano sim, Vereador Ademir, bastante otimista, em relação ao próximo exercício. É importante a gente registrar. Santos está em um momento positivo, do ponto de vista de arrecadação. Esse ano vem se confirmando a execução da receita, o que é bastante positivo para a cidade. E o ano que vem, a gente tem uma expectativa, também, otimista. E, por isso, precisamos ser muito criteriosos nas despesas, né? Até porque não podemos, em hipótese nenhuma, correr risco de superar as receitas. E aí, a divisão, por todas as secretarias, por todos os serviços públicos.

Nosso Prefeito Rogério Santos nos dá uma determinação central: consolidação do orçamento de Santos tem que ser feita com o foco no cidadão. Então, é entender quais são as demandas prioritárias, é entender os investimentos que precisam ser feitos de curto prazo. Até porque estamos falando de um orçamento, é para ser executado no próximo ano. E colocar os recursos adequados a serem executados no próximo ano. E creio que, com bastante dedicação, o nosso time conseguiu consolidar uma peça aqui. Claro, sempre tem algum nível de discussão e é por isso que nós estamos aqui, para poder fazer essa discussão, aprimorar ainda mais, caso seja necessário, essa peça orçamentária, mas uma peça é bastante importante para que tenhamos um ano de 2024 muito sólido, na nossa cidade.

Então, sem alongar mais, já me colocando aqui à disposição para qualquer nível de esclarecimento que se faça durante essa audiência. Eu queria convidar o nosso Chefe do Deorg, o Plínio, para que faça aqui, de forma bem objetiva e prática, uma breve apresentação da peça orçamentária. E claro, a gente já está aqui, como disse, à disposição para esclarecer qualquer tipo de dúvida que seja necessária.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** O Plínio tem a palavra.

Plínio, se quiser usar aonde está, pode; se quiser usar a Tribuna. Fique à vontade.

**SR. PLÍNIO ROLIM:** Está ok.

Olá, boa noite.

Não... está tranquilo.

Cumprimentando nosso Sr. Vereador, aos membros da Mesa, aos Srs. Secretários. Cumprimentando nossos... meus colegas professores presentes, aos colegas da Prefeitura e aos meus caros alunos, muito obrigado aí pela presença de todos. E sabendo que, hoje, aqui, mais do que... antes de serem meus alunos, vocês são cidadãos. Então, nós temos aqui representados, o Sr. Vereador, munícipe de todos os municípios da Baixada. Temos aqui de Guarujá, de Praia Grande, de Santos, de São Vicente e que essa, talvez, eu deduzo que seja... imagino – né? – que seja a primeira audiência pública de vocês, com relação ao orçamento. E que venha a ser, aí, uma prática constante, que vocês possam fazer isso também nos seus municípios. Ok? Agradecendo, então, a presença.

E como o secretário disse, nós vamos falar sobre o orçamento público, que basicamente diz respeito à origem das receitas e a aplicação das despesas.

Então, para o ano de 2024, como que o município de Santos, então, pretende desenvolver suas políticas públicas, aplicando os recursos nas respectivas secretarias.

Começando, então...

Ok. Bom, a participação de vocês mais do que uma... mais do que a participação de cidadãos, é uma obrigação legal. Nós temos, então, através do artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ela estabelece a audiência pública e a participação popular como fundamentos da administração.

Então, neste momento aqui, nós praticamos aquilo que entendemos como os dois grandes pilares da administração pública: a transparência e a participação popular. Sem esquecer, também, que a gente procura aí... inclusive, isso muito empregado pelo nosso secretário, a eficiência, que nós possamos fazer tudo, dentro daqueles padrões que sejam os mais eficientes possível.

Bom, então, nós temos aí, para contextualizar, as peças orçamentárias, então, para que a gente possa entender isso dentro de todo esse processo, ele é formado pelo PPA, que é o Plano Plurianual. O Plano Plurianual é um projeto estratégico, ele tem, ali, quatro anos. Ele começa a ser elaborado no segundo ano do mandato e vai até o primeiro ano do mandato seguinte.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

No Plano Plurianual, então, são concretizada todas as ações que são, ali, as promessas de governo, as promessas de campanha. Então, todo aquele plano de trabalho, que o candidato ele pegou, que ele apresentou, que foi, ali, proposta, da qual a população comprou e votou. Ele consegue consolidar, então, através do PPA.

Depois do PPA, então, nós temos ali a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ela já foi aprovada, então, são estabelecidas ali as metas. As metas, as prioridades, como o próprio nome sugere, o próprio nome diz: as diretrizes em que são feitas e os parâmetros da lei. Todos os limites legais, os limites financeiros, os percentuais de aplicação, os valores possíveis de remanejamento, de alteração no orçamento, tudo é elaborado ali na LDO.

Então, nós estamos ali vivendo o ciclo do PPA 22 a 25. O Governo do Prefeito Rogério Santos, ele vai de 2021 a 2024. E, a partir do próximo mandato, então... no próximo mandato, nós temos um último ano deste PPA.

Feito a LDO, então, a partir dela deriva a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual, que é a peça que nós estamos avaliando agora.

Então, assim: feito... faz-se o planejamento estratégico no PPA, as metas são definidas na LDO, e depois, na LOA, são atribuídos ali os valores financeiros, os valores orçamentários, para que aquelas peças, elas possam ser cumpridas.

A dinâmica das peças orçamentárias, basicamente, diz respeito, aí, a esses três instrumentos legais.

E como que se dá esse ciclo orçamentário?

Bom, o Executivo elabora. Então, o Prefeito Rogério Santos estabelece quais são as diretrizes, o Departamento de Orçamento e Gestão, da qual eu estou como chefe, ele é responsável pela elaboração, sobre as diretrizes da Secretaria de Governo, Secretário Fábio Ferraz.

Então, o Executivo encaminha a peça orçamentária para o Legislativo, que é esse momento que nós estamos vivendo agora. O Legislativo, então, discute... o Legislativo faz as emendas, ele encaminha para o Executivo, depois para a sanção.

Então, a partir do dia 2... para a sanção e, a partir do dia 2 de janeiro, então, começa a execução do orçamento.

E durante todo o exercício, tanto o Legislativo, quanto órgãos internos, órgãos externos, nós temos no nível municipal, a Controladoria Geral do Governo; nós temos no nível federal... no nível estadual, o Tribunal de Contas do Estado e além de todos os municípios, que a qualquer tempo pode estar fazendo um acompanhamento e o questionamento sobre o andamento da execução orçamentária.

E a partir daí, o ciclo se renova a cada ano.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Bom, falando um pouquinho sobre os cenários e os indicadores, né? É importante a gente colocar, aí, esses pontos, porque nós temos, por exemplo, o que é fato, que nós temos observado aí, a permanência da guerra da Ucrânia com a Rússia. Ela... de certa forma, ela tem favorecido, aí, o comércio internacional. Não só nós tivemos um aumento da nossa produtividade na área de *commodities*, também como a falta de alimentos, no nível mundial, tem favorecido, aí, o processo de exportação brasileira. E se favorece o processo de exportação, obviamente nós somos, ali, favorecidos.

Por quê? É fato que um terço da economia mundial... da economia brasileira, ela passa pelo Porto de Santos, para as exportações. Então, se nós temos, aí, um ganho nas exportações, isso acaba se refletindo... isso acaba se refletindo em uma maior arrecadação, principalmente, do ISS, que, como nós vamos ver aqui, é o nosso maior tributo.

E também, como nós temos observado, nos Estados Unidos e na Europa, uma alta da inflação, justamente por conta de todo esse cenário, né? E, de certa forma, isso, então, faz com que tenha lá um desarranjo na questão... nas questões financeiras, nas questões de produção, favorecendo a nossa exportação.

Ponto desfavorável com relação a isso, diz respeito a esse aumento de juros, talvez provocar uma fuga de dólares e uma desvalorização da nossa moeda. E tudo isso, então, como foi dito, então impacta, aí, em um resultado da balança comercial positivo para a gente, com o aumento das exportações e diminuição das importações.

E internamente, no cenário que nós temos olhado, temos, aí, a questão da reforma tributária. A reforma tributária, que ainda estão sendo avaliados os impactos para o município, né? A perspectiva é que, a partir de 2026, no próximo PPA, a gente vai estar bem preocupado em como que a gente vai conseguir apurar a questão da arrecadação.

Estima-se, aí, uma queda com relação a arrecadação dos municípios. Santos, ele poderia ser afetado nesse sentido.

Um novo arcabouço fiscal, ele recém aprovado, com a questão da limitação dos gastos, mediante a um percentual da receita. Então, as receitas... as despesas poderiam crescer até 70% das despesas.

Entretanto, foram feitas muitas exceções, por conta do Congresso, isso poderia vir comprometer a proposta inicial do arcabouço fiscal.

E internamente, a gente observa, também, um crescimento da movimentação do Porto de Santos, desse período de janeiro a agosto de 2023. Esses fatores econômicos, eles são preponderantes quando nós estamos estimando as receitas, né? Porque nós utilizamos, ali, os indicadores econômicos específicos para cada tipo de receita.

Entretanto, quando a gente vai considerar, ali, se é possível a gente em uma... colocar um valor um pouco maior, é possível, ali, a gente ser um pouco mais otimista em algum cenário. Essas questões, elas são consideradas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

E esses são os números que nós utilizamos para a elaboração do orçamento, né?

Então, nós temos aí a taxa Selic, ela com perspectiva para 2024 de uma queda. Isso pode, de alguma forma, aí, favorecer o desenvolvimento da economia, do comércio, à medida que isso facilita o custo do dinheiro, né?

A economia, o IPCA... o IPCA, ele baixando, tornando, aí, mais acessíveis, principalmente para as classes mais pobres, o acesso aos produtos básicos.

E também com relação ao PIB, né? O PIB de 2024, mesmo com todo esse cenário, ali, o Banco Central, ele projeta ali uma queda com relação a 2024. Fato muito importante, relevante, que a gente divulga, é que o reajuste dos tributos, né? Então, o reajuste dos tributos para 2024, em Santos, o seu IPTU, as taxas, elas vão ser reajustada em 3,99%.

Esse valor é menor do que a inflação prevista, que está em torno, aí, de 4.8, 4.9. Isso se deu por uma questão do período, em que é feito, aí... o período que é feito esse reajuste. O código tributário municipal, ele coloca que é do período de agosto a julho. Então, de agosto de 22 a julho de 23, a inflação, ela foi de 3.99. Esse valor que nós utilizamos aí, então, para o reajuste dos tributos.

Previsão de receita. Bom, todo bom orçamento, você estrutura os administradores, estruturas os bons economistas. Devem saber que todo bom orçamento, ele sempre começa pela receita. Esse é o nosso teto, né? Então, todos ali, as propostas, todas, ali, as ações, os programas que nós pretendemos, eles têm que ser pensados com base no: qual é o máximo de recursos que nós temos disponível?

E aqui está um orçamento de Santos, previsto com relação, aí, ao tipo de receita, né?

Então, será um orçamento, isso da parte da administração direta, perdão, de quatro bilhões de reais, né? A maior parte desses recursos virão, aí, das receitas tributárias: 2,2 bilhões de reais.

Essa receita tributária, eu já abro para vocês, aí, no próximo... na sequência, né?

As contribuições, então... essa contribuição que a gente coloca aí, é a CIP, que é a contribuição da iluminação pública.

Então, quando você paga, lá, o carnê do IPTU, junto você paga a contribuição de iluminação pública. Esse valor, aí, é carimbado, ele vai especificamente para ampliação, para a manutenção do parque de iluminação pública.

As receitas patrimoniais, pessoal, elas são as receitas que giram ao longo do ano. Então, o dinheiro que a prefeitura vai arrecadando, ele vai ficando no caixa, né? Ele vai ficando lá na Tesouraria, ele vai ficando no banco. Esse dinheiro ele tem que ficar rendendo. Esse dinheiro, ele tem que



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

ficar em movimento. Então, isso acaba gerando, aí, esse valor de 52 milhões, que é a expectativa que se tem.

As transferências, são recursos que nós recebemos do Governo Estadual, do Governo Federal, em torno de um bilhão e meio de reais. Demais receitas entram, inclusive, aí, doações de particulares, doações privadas e recursos de fundos. E ali, a receita de capital, que são, basicamente, recursos de algumas operações de crédito e recursos que são destinados para obras e investimentos. E as deduções do Fundeb.

O Fundeb. 20% das receitas do IS... do ICMS, do ITR, do FPM e do IPI, 20% dessas receitas, elas... que o município arrecada, elas são transferidas para um fundo. Então, todos os municípios, parte da sua receita, eles transferem para esse fundo. Aí, chega lá nesse fundo, o Governo Federal, através de alguns critérios específicos: como o número de alunos, como a questão, aí, da necessidade que se tem, da condição socioeconômica, ele devolve esse recurso.

Então, o município de Santos, pessoal, ele é superavitário. Nós contribuímos com o fundo em 197 milhões, e nós vamos receber... a programação para receber para 2024, é 240 milhões.

Significa que tem algum município, aí, que está depositando mais e recebendo menos.

A receita, então, total líquida que nós temos, como eu disse ali, de quatro bilhões, aproximadamente. Tem um fato muito importante, que aí eu chamo a atenção de vocês, com relação, aqui, à arrecadação tributária, né?

Se vocês observarem, os recursos da administração própria, né? 54% é de administração tributária. Ou seja, eu estou falando aí dos impostos, estou falando aí das contribuições. E esses recursos... isso dá a Santos uma condição diferenciada, com relação aos 5500 e tantos municípios, 5580 municípios... 5500 municípios.

Porque Santos é um dos poucos que conseguem, aí, ter essa autonomia, ter essa independência, porque a sua arrecadação própria é maior. Ele não fica dependendo de transferências estaduais e transferências federais, principalmente para o desenvolvimento de sua atividade.

Então, aqueles recursos, né? Os recursos agora... os recursos com relação à origem, aqueles... os mesmos quatro bilhões, como ele é formado? Então, três bilhões, pessoal... três bilhões e cem são de recursos próprios. Recursos que a prefeitura, ela recebe diretamente, são chamados recursos do tesouro.

Então, de IPTU, a expectativa de arrecadação é de 668 milhões de reais. Nesse valor aqui, está incluso tanto o valor do principal, quanto o valor de multas, quanto o valor de dívida ativa, por exemplo.

O ISS é nossa maior arrecadação. 60% dessa arrecadação, ela vem do Porto. Então, por isso que na parte inicial, quando nós falamos sobre a questão do cenário internacional, sobre a questão dos fatores relevantes políticos e econômicos nacionais, a gente leva isso muito em



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

consideração, né? Da gente falar assim: temos um cenário otimista, além da questão da correção inflacionária, é possível a gente considerar que vai ter um acréscimo na arrecadação.

O Imposto de Renda, né? Então, 50% do... parte do imposto de renda, aqui, que é recolhido do meu salário na fonte, de todo mundo, também de todos os prestadores de serviços, ele fica... ele volta, aqui, no município. Isso gera, então, 182 milhões.

ITBI, as transações imobiliárias que são feitas em Santos. Esse recurso é o imposto de transações de bens intervivos. Então, todas as transações que são feitas, é obrigatório que se pague... que se pague imposto sobre isso, de 2 a 5%, dependendo da parte, se for financiado ou se for à vista. E o mercado imobiliário de Santos, é um mercado muito pujante. É um mercado que vocês veem, aí, cada esquina, saindo um prédio novo, né? E isso tem gerado aí uma arrecadação de quase cem milhões, na média de ITBI.

Período muito curioso, para a informação de vocês, que nós tivemos, aí, uma arrecadação muito superior a isso, de quase 120, 130 milhões, foi durante a pandemia. Nunca se vendeu tanto imóvel em Santos como durante a pandemia, né? Então, entendendo que talvez as pessoas, ela procurando – né? – uma melhor qualidade de vida, ela buscando outros imóveis. Valorizando muito mais a casa, né? Talvez com mais cômodos, talvez com quintal, ou vindo de outros lugares para praia.

Então, teve um volume muito grande de transações. Cento e... naquela época, então, do 2021/22, arrecadou-se mais de 130 milhões.

As taxas... todas as taxas que são pagas, metade desse valor, aqui, é a taxa do lixo.

Fundo de participação do município, que o Governo Federal repassa para a gente.

o ICMS. O ICMS, o município de Santos também, ele tem arrecadado bastante, principalmente por conta da questão do valor adicionado. Ou seja, quando o recurso... quando um bem, uma mercadoria, ela entra no município de Santos. Aí quando ela sai daqui, aquele valor a mais, que gerou nessa transação, é o valor adicionado. Isso em Santos, ele tem aumentado muito, né? Então, o que a gente fala? É necessário que se desenvolva, ali, a economia, de certa forma, para que a gente possa aumentar esse valor adicionado.

E o IPVA, 50% do valor que você paga do seu IPVA, ele fica na cidade também. E Santos é uma das cidades que têm uma maior, da relação de automóveis por habitante. Para cada dois habitantes, você tem um automóvel. Aqui, né? Tem alguém com o seu carro. Então, né? Para cada dois habitantes, você tem um automóvel. Isso faz com que a nossa arrecadação ela, também... ela seja bem alta.

E ali os outros recursos, né? As outras fontes ou recursos... recursos estadual, praticamente o Fundeb, ali, 240 milhões, ele compõem esse



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

valor aqui. Os fundos... os fundos, o município de Santos, ele tem bastante fundo. Ele tem 17 fundos, tá?

Só para dar um exemplo aqui pra vocês, o Fepar, o Fundo dos Parques, que é vinculado, aí, à Secretaria de Meio Ambiente, quando você vai lá e você paga no Aquário, né? Esse recurso... você paga a entrada no Aquário, você paga aqui no próprio público, aqui, no ponto turístico aqui de Santos. Esse recurso, ele vai para o Fundo dos Parques.

Então, somando todos os fundos: o Fundo Municipal do Idoso, o Fundo da Juventude, o Fundo das Drogas, nós temos, aí, uma arrecadação prevista de 15 milhões.

O Governo Federal, as transferências que ele faz, uma boa parte aqui, 240 milhões é verba SUS. O governo federal, ele repassa aqui para a gente. Outras fontes de doações e as operações de créditos que estão previstas.

Então, de recursos próprios: um bilhão... três bilhões e 100; de recursos vinculados... esses recursos, eles estão amarrados, tem destinação específica, 850 milhões. Nós temos da administração direta, então, quatro bilhões previstos de orçamento.

E, além da administração direta, a administração pública é formada dos entes da administração indireta, que são, lá, as companhias... companhia de economia mista, que no nosso caso, não acompanha. A Prodesan é uma, mas ela não entra no nosso orçamento. Mas as fundações e autarquias.

Então, como fundações, nós temos a Fundação Parque Tecnológico, nós temos a Fundação Arquivo e Memória e a Fundação Pró Esporte. E as autarquias, nós temos o IPREV e a CAPEP.

A previsão de arrecadação... a previsão de arrecadação é de 811 milhões, sendo que boa parte desses recursos, aqui, diz respeito às transferências, que o município, ele tem que fazer. Como essas fundações, elas não têm capacidade própria de arrecadação, para que faça jus à frente da sua despesa, é necessário que o município aporte os recursos.

Então, o total do orçamento previsto para as Santos, meus caros, é de quatro bilhões e 800 milhões. Essa aí é a receita prevista que nós temos, quando nós falamos das receitas da administração direta e administração indireta. E como Secretário Fábio Ferraz colocou: é necessário que a gente tenha, aí, o equilíbrio entre as receitas e as despesas. Esse aí é o grande norte da administração pública.

E feito, então... colocado aí as receitas, a gente fala das despesas. Como que esse dinheiro vai ser aplicado.

Bom, da administração direta, nós temos o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Então, por força de lei, uma parte, até 5% do valor das chamadas 'receita corrente ampliada', que é o valor da arrecadação dos últimos dois anos, tem que ser repassado para a Câmara dos Vereadores. Tá? Para o Legislativo. A expectativa, então, desses recursos, de repasse, para a



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Câmara dos Vereadores é de 142 milhões; e a despesa do Poder Executivo, três bilhões e 800 milhões de reais.

Esses recursos, eles serão aplicados dessa forma. Então, não vou, aqui, detalhar esse quadro para vocês. Aqui nós temos as secretarias, né? Para a gente, isso daqui, é absolutamente comum. Mas aqui é o gabinete... aqui é a Câmara Municipal, o Gabinete do prefeito, Secretaria de Finanças, de Educação, Secretaria de Saúde, de Educação, de Turismo, de Esporte, de Cultura, de Desenvolvimento Urbano, de Meio ambiente e a Procuradoria.

Então, aqui, pessoal, nós temos... olhando essa última coluna, o valor que se refere a cada uma dessas secretarias, né? Nós chamamos atenção, aqui, para o valor da Secretaria de Educação, 920 milhões de reais; aqui, para a Secretaria de Saúde, 903 milhões de reais.

Esse valor, da Sefin, aqui, tá? Não se assustem. Esse valor é bem alto, é por conta de todos os encargos, por conta de todos os pagamentos, que é porque a Secretaria de Finanças, ela é responsável.

E chamando a atenção para vocês, também, isso é algo muito importante, quando a gente fala sobre a administração pública, foi um processo muito inovador que o município de Santos fez que foi aqui a criação do EGM.

O que é o EGM? O EGM é em cargos gerais do município. Ele funciona como se fosse ali uma Secretaria, porém sem uma estrutura física, sem ali uma estrutura de pessoal, ela é uma unidade orçamentária. Uma unidade executora, perdão. Como que funciona isso?

Então todas as despesas de caráter geral da Prefeitura, aquelas despesas como por exemplo folha de pagamento, despesas com frota, concessionárias de água e luz e telefone, despesas administrativas. Todas as despesas de caráter geral elas ficam como se fosse nessa espécie de, vamos chamar assim, de fundo, né? Elas ficam lá nessa unidade orçamentária e elas são geridas diretamente pela Secretaria de Gestão.

Nas Secretarias ficam os valores efetivos que cada um dos Secretários eles têm para aplicar na sua atividade fim, né? Isso dá para o Secretário bastante autonomia, bastante independência com relação ao valor que ele sabe que é destinado para ele. E ele fica preocupado então em gastar recursos com ações de meio ambiente, em gastar recursos com ações de segurança e toda a parte burocrática de, como eu disse para vocês, de frota, de concessionárias, de outras despesas, fica por conta da Secretaria de Gestão.

Aqui as outras Secretarias. A Secretaria de Segurança Pública. As Secretarias de Serviços. Secretaria de Governo. A Ouvidoria. Secretaria de Portos. A Secretaria de Desenvolvimento. Secretaria da Mulher, de assuntos estratégicos, das Prefeituras regionais e o valor do EGM.

Esses valores aqui a gente já vai também separar para vocês os grandes destaques aqui da aplicação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

E aqui as despesas então da administração indireta. Destacando aqui o Fundo de Previdência 715 milhões de reais, a despesa que se tem prevista para o próximo exercício.

Somado então as despesas da administração direta com a indireta nós temos aí o mesmo valor das receitas. Esse é o nosso grande trabalho, né? Nós temos que, não só fazer a estimativa da receita. Todas aquelas receitas que vocês viram lá elas são estimadas uma a uma, né? Elas são estimadas uma a uma, todas de uma maneira muito criteriosa. Por quê que é feito com todo esse critério, com todo esse rigor, né?

Porque, justamente a partir dessas receitas é que nós vamos saber quais são as despesas. Onde que nós podemos aplicar. E o orçamento público, vocês devem ter observado quando nosso Presidente Ademir ele pegou e ele leu ali, ele falou assim, né? Estima as receitas e fixa as despesas. Ou seja, as receitas elas são estimadas, nós temos ali umas expectativas de recebê-la, porém quando orçamento sai, ele já sai com aqueles valores das despesas prontos, pré-determinados. Então o Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Cultura, Secretário de Turismo e toda a comunidade ali, eles têm a expectativa de que aqueles recursos sejam utilizados.

Então vocês vejam que se nós tivermos uma frustração da arrecadação, aquela despesa, aquela despesa que estava prevista não vai poder ser executada. É quando vocês vêm, por exemplo, devem ter ouvido a notícia, por exemplo, que São Vicente teve que fazer um contingenciamento das despesas. Isso foi amplamente notificado, noticiado, perdão. Por quê? Justamente por isso, fez-se uma estimativa de arrecadação. Gerou-se uma expectativa de despesa, não recebeu, e agora? Temos que segurar essas despesas. Então aí causa toda aquela comoção social, causa todo aquele discurso, causa todo aquele desgaste. Então isso é feito de uma maneira ali muito prudente. De uma maneira muito rigorosa. Não só pelos profissionais, tem aqui o Economista Rogério Rebelo, a Economista Vanessa Mendes, o colega Fremar também que é economista, que é da Sefin, tudo isso é feito ali de uma maneira muito técnica.

Só para que vocês tenham uma referência no, nesse exercício de 2023, nós temos uma expectativa de arrecadar a mais 200 milhões do previsto. Quando a gente fala 200 milhões em valor absoluto até que é bastante, mas quando você olha no total ali da 6%. Dá 6% da arrecadação própria, descontado que a gente tem aí da inflação, a gente poderia dizer que a gente praticamente acertou na mosca ali qual que seria o valor da arrecadação.

Isso no montante ali, isso no montante de 4 bilhões 800, com toda a tecnicidade, todo o número de variáveis que a gente tem com relação às receitas, é algo que muito ali nos orgulha.

E passar para vocês também o orçamento, além de toda a questão política que o orçamento têm, além de toda a questão social que o orçamento tem, o orçamento também ele tem um aspecto legal que é muito rigoroso. É um aspecto que nós temos que estar muito atento a toda a legislação que conduz ali a sua elaboração, e parte dos recursos eles já são ali



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

destinados. Eles são vinculados. Então muitas vezes você ouve também, meu Deus orçamento de 4 bilhões e 800 não dá para fazer isso, não dá para fazer aquilo.

Vocês viram quanto dos recursos eles são vinculados, né? Então, e agora passar outros valores aqui para que vocês possam aí ter essa referência.

Quando a gente fala da Saúde e da arrecadação então, nós temos o percentual da educação. Da educação, 25% da educação tem que ser repassada, e 15% do orçamento também tem que ser repassado para a saúde. É essa a base de cálculo. Não é de todo orçamento. Ah, pega 25% dos 4 bilhões. Não. É de parte aqui desses impostos.

Então, 25% de 3 bilhões e 100 milhões de reais.

Então, o total da saúde... o total da saúde que nós temos ali, não da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Saúde seria 903 bilhões, mas nós temos algumas deduções que devem ser feitas para valer esse computo dos 15%, né?

Então, seria 565 milhões.

Então, Santos, então, aplica além do limite constitucional, né? O limite mínimo constitucional, que era de 5 milhões, nós estamos aplicando 18%.

Na educação, nós temos ali o total o total de 850 milhões. Lá naquele slide anterior, vocês viram que estava 900 milhões, é que tem 50 milhões mais ou menos que é só para inativos. Só os aposentados da SEDUC custam mais ou menos 50 milhões, mas eles não entram aí nesse... na Secretaria de Educação. Eles estão lá no EGM.

Então, por isso daí 850 milhões. Feitas as deduções Santos então atende aí... atende de maneira legal o índice mínimo de 25% da aplicação na educação.

Outras despesas, pessoal. A despesa de... com a folha de pagamento é 1 bilhão 500 milhões. É quanto custam aí os servidores do município de Santos. Nós estamos comprometendo 40% da chamada receita corrente líquida.

Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal... perdão, que estabelece qual que é o valor máximo que pode ser comprometido. Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, pasmem, mas tinha alguns lugares, alguns estados que chegavam a comprometer 95% das suas receitas com a folha de pagamento, e hoje isso não é mais possível, né? Até porque você tem lá imposições legais.

Santos então está bem abaixo ali do limite... do limite legal.

Nós temos também uma outra vinculação legal, os precatórios. Precatórios são as dívidas que o Poder Público tem. Parte dessas dívidas, quando elas entram em um programa... em um cronograma de pagamento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, se você tem ali uma dívida, se você tem ali um crédito com a administração pública e você não receber de imediato, ele vai entrar como um precatório. E para que possam ser liquidados os precatórios também tem uma regra. E atualmente o que o tribunal exige que nós apliquemos é 2,24.

Então 85 milhões de reais da arrecadação de Santos vai ser só para pagamento de dívidas judiciais que estão aí pendentes.

E também os Vereadores também, eles têm direito ali a uma parte das emendas. Essas emendas, elas com a alteração da Lei Orgânica, ela foi para 1,2% da receita corrente líquida, seria aproximadamente 45 milhões de reais. Cada Vereador vai receber 2 milhões 171 mil reais, para que eles possam ali fazer as suas emendas.

Pessoal, colocando alguns destaques aqui, que acho que esses destaques, eles são tão ou mais importantes do que os números. Os números ali envolvem um grande emaranhado, né? Os números ele ali eles são bastante técnicos da gente entender.

Então, acho que essa é a parte mais interessante. Quando a gente fala sobre a questão da audiência... da participação popular, não só audiência pública, mas Santos dispõe de um recurso muito interessante, que é o orçamento participativo. Nós tivemos esse ano aproximadamente 100 mil votos de munícipes que participaram, que participaram dessa modalidade do orçamento e foram escolhidos dez projetos.

As secretarias, então, elas apresentaram os projetos foram 27 projetos concorrendo, cada um desses projetos no limite de até 350 mil reais. Os 10 mais votados, eles entraram no orçamento.

Esse modelo, ele tem sido copiado por outros municípios do Brasil. Nós inclusive já fizemos aí algumas apresentações para outros municípios.

E se por curiosidade vocês pesquisarem registro, dê um Ctrl C, Ctrl V, no nosso... no nosso modelo. Eles vieram aqui aprender com a gente, depois mandaram agradecendo. Ó, está legal. Está funcionando. E isso é motivo para gente de bastante orgulho. Um destaque muito interessante, Secretário Ferraz depois pode melhor falar sobre isso.

Áreas aí que foram de bastante demanda social, né? E o orçamento público, ele é feito desta forma, atendendo ali quais são as necessidades que o cidadão tem.

Então, está sendo destinado aproximadamente 100 milhões de reais para o orçamento público, que envolve aí toda uma parte de reforço de equipamento, da carreira de contratação de guardas, aproximadamente aí 95 milhões de reais para a área de desenvolvimento social. Foi feito um aporte de mais de 10 milhões de reais de recursos do tesouro. A Secretaria de Desenvolvimento Social, a que recebeu maior parte dos recursos, quando a gente fala de um crescimento relativo com relação às demais.

Nós temos aí obras de destaque que queremos colocar, de interesse de vocês munícipes santistas, contempladas aí no orçamento. 24



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

milhões de recursos Federal para a Estação Elevatória São Jorge. Para o Monte Serrat, 3 milhões e 600, recurso Estadual.

Ali o elevado na frente da rodoviária, 6 milhões e 400 para a segunda fase ali do... desse elevado. Pavimentação de diversas ruas do município de Santos. 31 milhões de reais aproximadamente num recurso da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Limpeza pública e parceria público-privada. Parceria público-privada, um grande recurso da administração pública também.

Os municípios, os órgãos públicos de certa forma, eles estão ali cada vez mais buscando parcerias que possam otimizar as suas ações e o município de Santos então, para o contrato de limpeza pública aí da parceria público-privada do ano que vem tem destinado 250 milhões de reais.

Mercado Municipal na sua segunda fase. Vai dar ali uma grande revitalizada ali naquele entorno.

Então, cadê o Wesley, a Keila, a Alexia que passam todo dia por ali, né? Daqui a pouco vocês vão ver ali grandes obras. Eles passam para lá para ir para o Guarujá, Secretário, lá na catraia ali.

Subprefeituras. As subprefeituras aí uma Secretaria recém-constituída... uma recém-constituída. Ela também com todos os contratos de manutenção da cidade, de conservação, 167 milhões.

Centro histórico e a Praça José Bonifácio. Previsão de recursos também do Dade, da ordem de 11 milhões de reais para a revitalização.

E o Santos + aí. A nossa grande cereja do bolo, a grande proposta que a gente tem de programa... de programa de ação pública, que vai vir a contribuir para o desenvolvimento e colocar Santos num outro patamar, quando a gente fala sobre qualidade de vida, quando a gente fala sobre infraestrutura e condições aí para a população. Envolve aí recursos da ordem de mais de 500 milhões de reais a serem desenvolvidas ao longo de alguns anos. Para o orçamento do ano que vem, nós temos previsto aí 88 milhões aproximadamente de macrodrenagem, mobilidade, acessibilidade, inovação e tecnologia.

Agradecendo então a presença de todos vocês.

Agradecendo aí os nossos Vereador. Agradecendo ao Secretário Fábio Ferraz, que nos dá total autonomia e um grande respaldo na elaboração do orçamento. Ele nos deixa trabalhar ali com bastante liberdade e estabelece quais são as diretrizes que nós temos. Faz ali as devidas correções. Faz os apontamentos.

Agradecer a minha equipe. Ao Rogério Rebelo, um grande economista, um grande colega, grande amigo. Vanessa Mendes também que fica lá no suporte desenvolvendo toda a rotina da, todos os estudos, todos os trabalhos, dando aí a tranquilidade para que a gente possa trabalhar na elaboração desse orçamento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, Vereador, aos presentes me coloco aí à disposição para qualquer dúvida e, Secretário Fábio Ferraz, por gentileza e peço aí se possível, e se assim for, se lhe couber, fazer aí algum comentário, alguma complementação.

Muito obrigado.

- Palmas.

- São apresentados os seguintes slides:

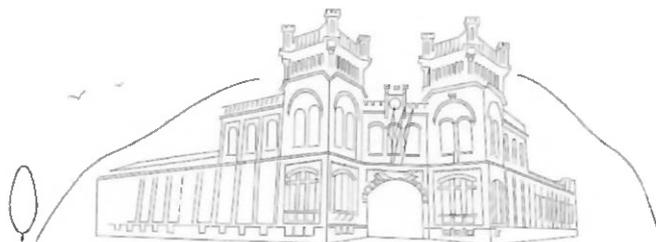


Câmara Municipal de  
Santos

## Audiência Pública

PL Orçamentária Anual 2024

PL Compatibilização PPA 2024-2025 e LDO 2024



OUTUBRO 2023



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

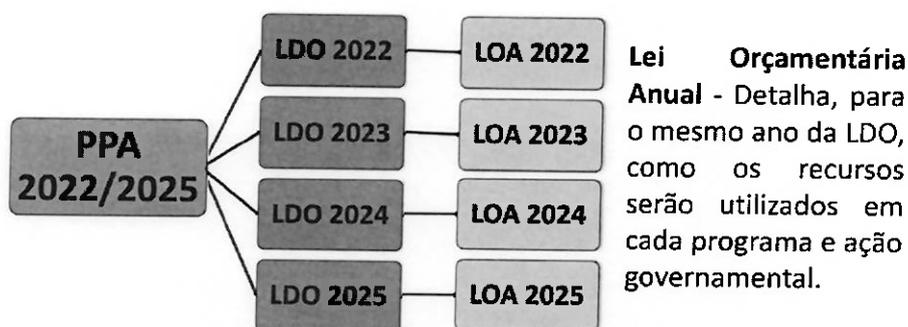
## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Lei de Responsabilidade Fiscal

(Art.48, LC 101/2000)



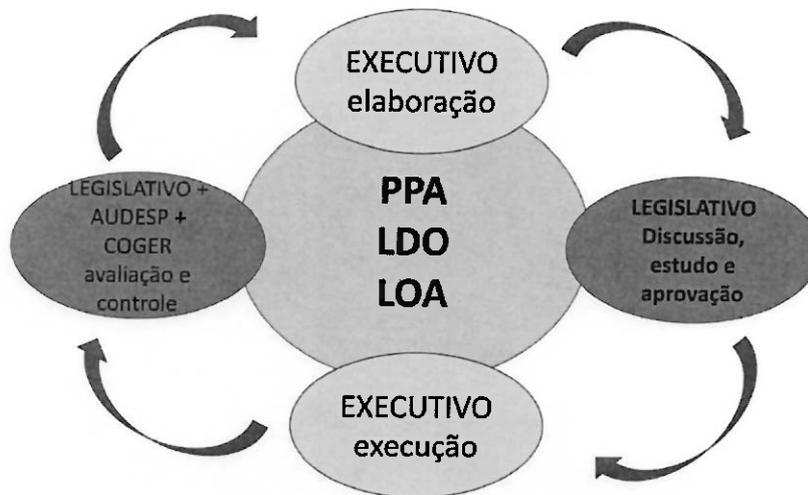
## Peças Orçamentárias





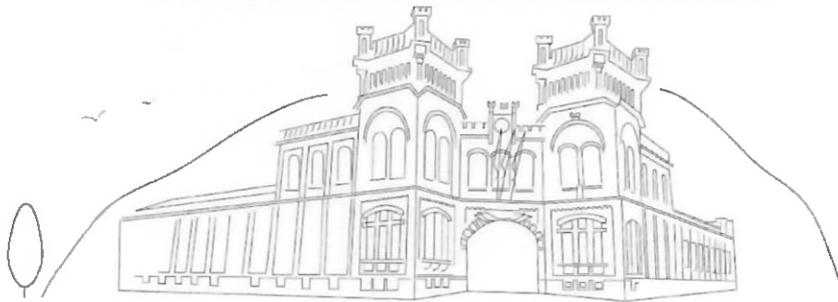
# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Ciclo Orçamentário



**PLOA 2023**

**Cenários e Indicadores  
Econômicos**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## PLOA 2024 Cenário Econômico Externo

- Guerra da Ucrânia e Rússia pressionando o preço do petróleo e seus derivados.
- EUA e Europa sofrem com alta da inflação no ano de 2023 que afeta suas relações comerciais.
- Balança comercial brasileira positiva as exportações aumentaram em 28,9% e as importações caíram 18,4% impactando na movimentação portuária.

## PLOA 2023 Cenário Econômico Interno

- Reforma Tributária em votação no legislativo.
- Novo Arcabouço Fiscal limitando gasto conforme crescimento da receita.
- Porto de Santos aumento da movimentação 3,8% (jan-ago 22/23).



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## PLOA 2023 Indicadores Econômicos

### Projeto Lei Orçamentária Anual

- SELIC 2023: 11,75%
- IPCA 2023: 4,84%
- PIB 2023: 2,29%
- REAJ TRIBUTOS: 3,99%

- SELIC 2024: 9,00%
- IPCA 2024: 3,86%
- PIB 2024: 1,30%

FOCUS-BACEN 11 ago 2023

## PLOA 2024

### Previsão RECEITAS

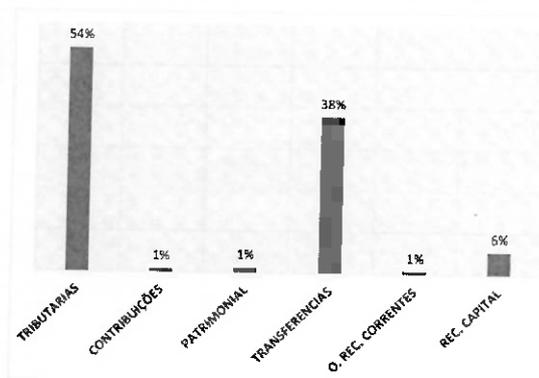




# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Previsão das Receitas - TIPO

Administração Direta (R\$ Milhões)	
Tributárias	2.282,9
Contribuições	33,0
Patrimonial	52,5
Transferências	1.590,9
Outras Receitas Correntes	27,5
Receitas de Capital	233,4
(-) Deduções para a formação do FUNDEB	(197,9)
<b>Receita Total Líquida</b>	<b>4.022,4</b>



## Receitas da Administração Direta- ORIGEM

Recursos Próprios (R\$ Milhões)	
IPTU	668,5
ISS	1.162,0
IRRF	182,0
ITBI	99,4
Taxas	170,7
FPM	115,2
ICMS	705,9
IPVA	164,3
Outras Receitas	103,0
(-) Deduções p/formação do FUNDEB	(197,9)
<b>Total de Recursos Próprios</b>	<b>3.173,1</b>

Recursos Vinculados (R\$ Milhões)	
Transf. do Estado (FUNDEB, Convênios)	412,4
Fundos Especiais (FEPAR, FMI)	15,2
Transf. da União (SUS, Convênios)	317,9
Outras Fontes (Doações, Restituições)	3,0
Operação de Crédito (CEF, BNDES)	100,8
<b>Total de Recursos Vinculados</b>	<b>849,3</b>
<b>Total da Administração Direta</b>	<b>4.022,4</b>



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Receitas da Administração Indireta

Administração Indireta (R\$ Milhões)	
FAMS, FUPES e FTPS (Receitas Próprias)	0,1
Caixa de Assistência – CAPEP-SAÚDE	166,5
Instituto de Previdência – IPREVSANTOS	645,0
<b>Receita Adm. Indireta</b>	<b>811,7</b>

Transferências Financeiras (R\$ Milhões)	
Fund. Arquivo Memória	4,6
Fund. Pró-Espportes	6,0
Fund. Parque Tecnológico	2,3
IPREV	70,0
<b>Total Transferência</b>	<b>82,9</b>

Receita Consolidada (R\$ Milhões)		
Administração Direta	R\$ 4.022,4	83%
Administração Indireta	R\$ 811,7	17%
<b>Receita Total Líquida</b>	<b>R\$ 4.834,1</b>	<b>100%</b>

Receita Corrente Líquida Consolidada - RCL	<b>R\$ 3.883,1</b>
--	--------------------

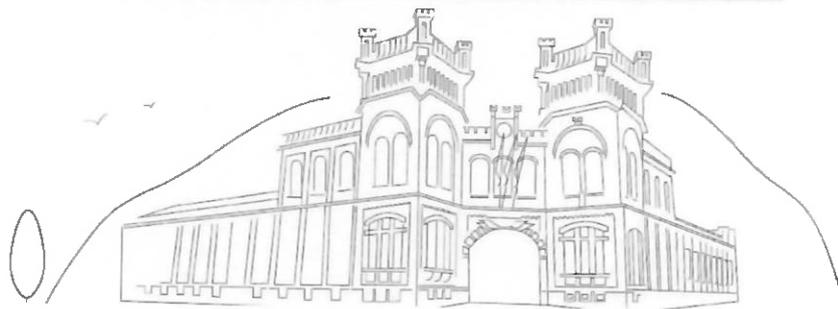




# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

**PLOA 2024**

**Previsão DESPESAS**



**Previsão de Despesas**

**Despesas da Adm. Direta (R\$ Milhões)**

**Poder Executivo R\$ 3.796,9**

**Poder Legislativo R\$ 142,5**

**Total de Despesas R\$ 3.939,5**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Poder Executivo – Despesas Previstas por Órgão. (R\$ Milhões)

Nº	SECRETARIA	TODAS AS FONTES		
		APL. DIRETA	EGM	APL. DIR + EGM
9	CMS	142.524.000	0	142.524.000
10	GPM	4.364.000	21.172.000	25.536.000
12	SEFIN	16.873.000	466.978.000	483.851.000
14	SEDUC	857.140.000	62.442.000	919.582.000
15	SMS	903.062.000	0	903.062.000
17	SIEDI	71.993.000	38.334.000	110.327.000
18	SEECTUR	7.656.000	21.114.000	28.770.000
19	SEMES	5.768.000	36.916.000	42.684.000
20	SECULT	20.621.000	43.494.000	64.115.000
21	SEDURB	10.713.000	10.294.000	21.007.000
23	SEMAM	12.963.000	40.341.000	53.304.000
24	PGM	2.884.000	19.087.000	21.971.000

Poder Executivo – Despesas Previstas por Órgão. (R\$ Milhões)

Nº	SECRETARIA	TODAS AS FONTES		
		APL. DIRETA	EGM	APL. DIR + EGM
27	SESEG	7.684.000	92.817.000	100.501.000
29	SESERP	549.039.000	55.206.000	604.245.000
35	SEGOV	79.933.000	29.265.000	109.198.000
37	OTC	969.000	10.604.000	11.573.000
39	SEPORTE	422.000	6.260.000	6.682.000
40	SEDS	95.519.000	0	95.519.000
43	SEMULHER	4.664.000	16.277.000	20.941.000
44	SAES	576.000	6.221.000	6.797.000
45	SEPREF	89.561.000	77.766.000	167.327.000
49	EGM	1.054.588.000	0	0

<b>ADM DIRETA+CMS</b>	<b>3.939.516.000</b>	<b>0</b>	<b>3.939.516.000</b>
-----------------------	----------------------	----------	----------------------



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Previsão de Despesas

### Despesas da Adm. Indireta (R\$ Milhões)

Fundação Arquivo e Memória - FAMS	4,6
Fundação Pró-Esportes - FUPES	5,9
Fundação Parque Tecnológico de Santos - FPTS	2,4
Caixa de Assistência – CAPEP-SAÚDE	166,5
Instituto de Previdência - IPREVSANTOS	715,0
<b>Total de Despesas</b>	<b>R\$ 894,6</b>

## Previsão de Despesas

### Despesa Consolidada (R\$ Milhões)

Administração Direta	R\$ 3.939,5	81 %
Administração Indireta	R\$ 894,6	19 %
<b>Total de Despesas</b>	<b>R\$ 4.834,1</b>	



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Previsão de Despesas

**PLOA 2024**  
Projeto de Lei Orçamentária Anual

**Vinculações Legais**

- Gasto com Saúde
- Gasto com Educação
- Despesa com Pessoal
- Precatórios
- Emendas Legislativas



## Previsão de Despesas

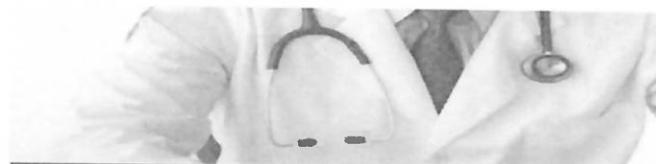
Base de Incidência gastos com saúde e educação	
BASE DE INCIDÊNCIA (R\$ milhões)	
IPTU	668,5
ITBI	99,4
ISSQN	1.162,0
IRRF	182,0
FPM	115,2
ITR	0,1
ICMS	705,9
IPVA	164,3
IPIE	4,1
<b>TOTAL</b>	<b>3.101,9</b>





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Previsão de Despesas



### Aplicação de Recursos na Saúde

Total Secretaria de Saúde	R\$ 903,0
( - ) Deduções Legais	R\$ 337,5
<b>A. ( = ) Total aplicado pela Prefeitura na área da saúde</b>	<b>R\$ 565,5</b>
B. Receita (base de incidência)	R\$ 3.101,9
<b>% aplicação na área da saúde (A/B)</b>	<b>18,2%</b>
% mínimo constitucional	15,00%

## Previsão de Despesas



### Aplicação de Recursos na Educação

Total Secretaria de Educação	R\$ 857,1
( - ) Deduções Legais	R\$ 279,0
<b>A. ( = ) Total aplicado pela Prefeitura na área da educação</b>	<b>R\$ 776,0</b>
B. Receita (base de incidência)	R\$ 3.101,9
<b>% aplicação na área da educação (A/B)</b>	<b>25,02 %</b>
% mínimo constitucional	25,00 %



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

## Previsão de Despesas

### Despesas com Pessoal e Encargos

Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000

(I) Total da Despesa c/ Pessoal R\$ 1.565,6

(II) Receita Corrente Líquida (RCL)  
prevista para 2024 R\$ 3.883,1

(I) / (II) Percentual da Desp. Pessoal / RCL 40,32%

Limite Prudencial - LRF 51,3%

Limite Máximo - LRF 54,0%

## Previsão de Despesas

### Pagamento de Precatórios

(R\$ Milhões)

Receita Corrente Líquida da Prefeitura (RCL) R\$ 3.793,9

2,24 % da RCL - Emenda constitucional nº 94/2016 R\$ 84,9



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

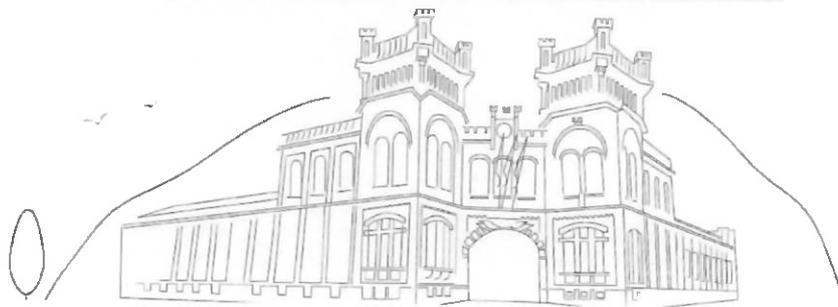
## Previsão de Despesas

Emendas Legislativas (R\$ Milhões)	
1,2 % da RCL § 2º - A, do artigo 115 da Lei Orgânica do Município (R\$ Milhões)	R\$ 45,5
Valor das emenda para cada Vereador (R\$ Milhões)	R\$ 2,1



## PLOA 2024

## DESTAQUES

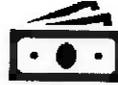




# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



## DESTAQUES



**R\$ 3,8 milhões**  
reserva orçamento



**10 projetos Secretarias**  
até R\$ 350 mil



**10 projetos Entidades**  
até R\$ 35 mil

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – R\$ 3,8MI



## DESTAQUES

- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – R\$100,5 MI





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



## DESTAQUES

- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – R\$ 95,5 MI



## DESTAQUES



Federal: ESTAÇÃO ELEVATÓRIA RIO SÃO JORGE – R\$ 24 MI





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de  
**Santos**

## DESTAQUES



- Estadual: DRENAGEM MONTE SERRAT R\$ 3,6 MI



- RECUPERAÇÃO ELEVADO ARISTIDES BASTOS MACHADO R\$ 6,4 MI



Câmara Municipal de  
**Santos**

## DESTAQUES

- Estadual: PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E REQUALIFICAÇÃO DE VIAS (ZN, ZL, AZEVEDO SODRE, ESTUÁRIO, SABOO, CANAL 1) – R\$31 MI





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



Câmara Municipal de Santos

## DESTAQUES



Tesouro: LIMPEZA PÚBLICA E PPP –  
**R\$ 254,2 MI**



Câmara Municipal de Santos

## DESTAQUES



Estadual: MERCADO MUNICIPAL – FASE 2 – **R\$ 15,21**

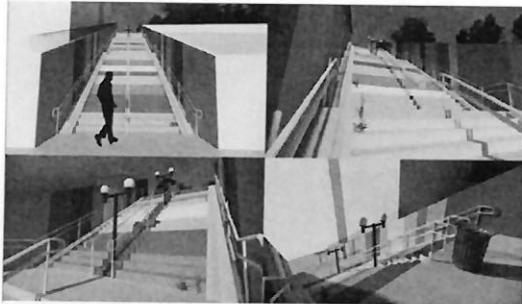




# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



## DESTAQUES



Tesouro: SUBPREFEITURAS – R\$ 167 MI (incluindo EGM)



## DESTAQUES



Estadual: CENTRO HISTÓRICO E PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO – R\$ 10,8 MI





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



## DESTAQUES



# Santos mais

Programa de Macrodrainagem, Acessibilidade,  
Inovação e Sustentabilidade.

- MACRODRENAGEM,  
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE –  
R\$ 80MI
- INOVAÇÃO E TECNOLOGIA-  
R\$ 8,5MI



## Obrigado!

**Fábio Ferraz**

Secretário de Planejamento e Inovação

**Econ. Plínio Rolím de Aguiar Neto**

Chefe do Departamento de Orçamento e Gestão

**Econ. Rogério Rebelo Lima**

Chefe da Seção de Planejamento Orçamentário



**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Nós que agradecemos a suas colocações, a apresentação do orçamento, né? Não deixando aí nenhuma dúvida sobre o que foi apresentado.

Eu antes de abrir aí para perguntas, eu queria passar aqui para o Secretário de Finanças, o Freamar, para que ele faça alguns comentários, por estar até na mesa, acho que é importante que vocês conheçam quem administra os recursos públicos, o preparo que é. Que às vezes as pessoas pensam que o Prefeito escolhe um amigo, escolhe qualquer pessoa, mas não. Você precisa montar uma equipe, precisa ter pessoas



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

competente naquilo que faz, para que o município possa continuar crescendo, né?

Se a gente, se eu for fazer aqui uma pequena colocação, e o Fábio Ferraz está aqui do meu lado que já foi Secretário de Saúde e, acho que só não passou nas Finanças ainda, — né? — Fábio.

Então o Secretário é um Secretário admirável, com todas as condições de exercer qualquer cargo público pela sua competência, pela, o seu dinamismo e gostar. Isso, essas coisas precisam gostar, mas por exemplo, se nós formos buscar a verba do SUS, que há 15 anos não tem reajuste. Se o município de Santos não for bem administrado nos seus objetivos e crescimento econômico, novas empresas, investimentos em todas as áreas. Se não tiver alguém que pense nisso a cidade para, e os recursos deixam de entrar. Governo Federal não repassa.

Então nós continuamos com a mesma qualidade de saúde, claro, se a gente for fazer algumas observações poderiam ser melhor ainda, mas Santos é referência nacional e comparando a 10, 12 anos atrás, a gente tem muita coisa para mostrar para a população como todos os próprios públicos. Próprios, enfim, hospitais em funcionamento, hospitais com referência de qualidade mesmo, com condição de ter até um ISO pela própria qualidade em alguns setores da saúde, mas se nós não tivéssemos aumento na nossa arrecadação esses 18,2% que vai para a saúde, ele vai diminuindo, e cada vez menos nós vamos tendo menos saúde nos municípios. E é assim que ocorre, por isso que precisa ser ter competência no trato das coisas públicas.

Então Fremar, eu queria que você fizesse algumas colocações e depois a gente abre para pergunta. Podem preparando as perguntas porque a Mesa sabe responder, está bem?

**SR. FREMAR PEREIRA HAUCK GÁVIO:** Boa noite, Vereador. Obrigado, obrigado cumprimentar aí a equipe da Segov, na pessoa do Secretário Fábio, do Plínio. Ressaltar a importância do orçamento público, né?

Na minha opinião aqui nós estamos tratando aqui do que vai ser a principal lei do município, que eu acho que é a lei do orçamento. Onde estão consignadas todas as receitas e todas as despesas do município, e está tudo lá o que nós vamos arrecadar. Onde nós vamos aplicar em saúde, educação, zeladoria do município, investimento, conservação da cidade, né?

Ressaltar a importância da lei, porque na Prefeitura nós temos uma, vamos dizer assim, uma divisão do trabalho. A Secretaria de Governo faz o planejamento de acordo com as diretrizes e governamentais, o que prevê a legislação, e a Secretaria de Finanças executa ao longo do ano esse orçamento, né?

Nós arrecadamos os recursos e direcionamos esses recursos de acordo com aquilo que está no orçamento atendendo as demandas de todas as pastas. Saúde, educação, zeladoria e investimentos. E tudo, e para que o nosso trabalho seja bem-feito isso tem como pré-requisito,



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

evidentemente, um orçamento bem-feito. Daí a importância, a relevância da lei orçamentária no município, né?

Ressaltando então a importância do planejamento, do orçamento para que a gente possa ao longo de 2024 ter uma vida mais tranquila e um orçamento bem executado, né?

Então é isso, Vereador. Agradeço a oportunidade e coloco à disposição também aí para responder algumas perguntas aí se for o caso.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Está bom. Obrigado, Secretário.

Então, desde já eu coloco aberto aqui os nossos microfones para perguntas, né? A gente fica feliz aqui de ter vários alunos aqui de economia, né? Economia? Vocês são de economias, economia?

- **Manifestações fora dos microfones.**

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Como?

- **Manifestações fora dos microfones.**

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Metade economia, é? Então olha é a hora das perguntas aí, né?

Qualquer dúvida, orçamento também fica aberto, qualquer indagação em qualquer momento não precisa ser também agora, né? A transparência isso vai para o Portal de Transparência do Executivo, está lá. Qualquer pessoa pode acessar, tirar um número, perguntar para qualquer Vereador ou qualquer Secretário, né?

Então, está aberto a perguntas aí, né?

Olha lá. Pois não, podia vir aqui no microfone. A gente registra a sua pergunta e fica registrado aí nos anais da Casa que você esteve aqui e fez uma pergunta aqui.

Você fala o seu nome por favor. Se puder falar o que você está cursando também, quanto mais dados para nós melhor.

**SR. LUCAS:** Boa noite a todos. Sr. Secretário, Vereador Professor Plínio.

Meu nome é Lucas, eu estou cursando curso técnico na ETEC administração.

A minha pergunta é referente à revitalização do Mercado Municipal de Santos, que foi dito, se eu me lembro, aproximadamente 15,21 milhões, porém uma das grandes problemáticas que se encontra no local é um problema de pessoas em situação de rua, que se aloca naquela região. Não



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

é apenas um problema de conflito econômico, mas social e minha pergunta é em cima disso. Qual seria melhor maneira. Qual a proposta que a Prefeitura tem, os Vereadores têm para lidar com a situação, até mesmo por questão de segurança, até mesmo uma questão que visa aí resolver essa situação social aqui na cidade de Santos.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Oi Lucas, o nosso Secretário de Governo, Fábio Ferraz vai lhe responder sobre isso.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Bom, o Lucas, primeiro tem total razão sua observação é totalmente correta. E é aquilo que a gente conversou até no começo da nossa fala pessoal. O foco do orçamento é no cidadão.

Então qual foi a principal encomenda do nosso Prefeito Rogério, para o nosso time do orçamento? A gente atacar mais fortemente em 2 áreas. Justamente segurança e desenvolvimento social.

Então são as 2 áreas em que nós tivemos percentualmente previsto para o próximo ano um maior aumento. Então ali a gente está fazendo uma maior alocação de recursos.

Então, o quê que se pretende? Na área da segurança, infelizmente, isso aqui eu tenho que falar aqui, porque também é importante a gente esclarecer a todos.

Segurança é responsabilidade constitucional dos Estados e da União. Está disposto na repartição de recursos. É sempre bom a gente mencionar, só para ilustrar aqui rapidamente, do total de tributos que é arrecadado no nosso país, cerca de 65% fica centralizada na União. Então sobra 35% aproximadamente para Estados e Municípios, e os Municípios ficam com pouco menos de 10% do total de arrecadado.

Bom, só que o fato é o seguinte, as pessoas moram onde? Nas cidades. As pessoas vivem o dia a dia na cidade. Quando você tem um problema na área de segurança, por exemplo, é muito difícil que uma pessoa vá lá conversar com o Governador, vai conversar com o Presidente da República, vai conversar com o Ministro da Justiça, vai conversar com o Secretário Estado Saúde e Segurança.

Agora, o Prefeito está na padaria, os Secretários da mesma forma. Então, as responsabilidades, eu estou dando essa instrução, acabam sendo acumuladas nos municípios. Então, o quê que nós estamos fazendo? Embora não seja responsabilidade direta do município à segurança? A lógica é, não dá para gente atribuir mais essa responsabilidade para o estado e estamos investindo, concretamente, na área de segurança. Então o quê que está acontecendo já em Santos? Esse ano estivemos juntos ali na Praça das Bandeiras, foram entregues novas 23 viaturas. Algumas delas mais expressivas, o Plínio até colocou na apresentação aqui para todos verem. Aquelas SW4, que são mais parrudas dão uma impressão mais segura de justamente força policial. 200 novos guardas estão sendo nomeados nos próximos meses através de concurso público que já foi iniciado. Então nós teremos ao total quase 700 guardas municipais. Eu quero dizer o número. 700



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

guardas municipais. É uma força de segurança. É um batalhão. Não é mais a guarda municipal há muito tempo. Já não é mais aquela coisa de cuidar do patrimônio, o famoso, com todo o respeito ao termo, guardinha da praça. Não é isso não.

Guarda municipal hoje ela é equipada com estrutura para tal.

200 armas de fogo, a guarda municipal de Santos já tem de forma expressiva, armamento. Então, quase que todos os guardas municipais que estão na ativa hoje. A gente tem 486 guardas, mais somado esses 200 que serão nomeados e outros que já estão também em processo de nomeação, a gente vai chegar nesse novo efetivo. Mas o fato é. São vários investimentos na área da segurança, isso está o quê? Assegurado justamente no orçamento, porque o impacto disso virá no orçamento.

Em breve o Prefeito Rogério, vai mandar para essa Casa aqui um plano de cargos e salários, em breve é em breve mesmo viu, Vereador Ademir, para os nossos guardas municipais.

A ideia, o conceito é que o nosso Guarda ele tenha um aumento na média de 20 a 25%. Por quê? Porque não é uma coisa à toa. Oras, antes ele tinha um nível de atribuição agora esse Guarda está armado, agora esse Guarda está utilizando, quase que no dia a dia um colete a prova balas, essa é a realidade da Guarda Municipal, então é evidente que esse Guarda tem que ser melhor remunerado. Então, por isso tudo, a gente vai ter o impacto direto no orçamento do próximo ano. E a ideia é que não só na região do mercado, porque a sua observação é correta, mas na cidade ou num todo a gente tenha uma sensibilidade maior de segurança.

E ainda, dialogando diretamente com o tema, que é quase que inerente, um tema nacional, que são as pessoas, ou vou me dizer, vou até me permitir mundial. Hoje, vários países, Estados Unidos, Europa, convivem dura realidade das pessoas em situação de rua. Um número percentual dessas pessoas, a maioria delas, todos os estudos demonstram isso, quase que a totalidade seria um exagero, mas se estima em torno de 60, 70% estão relacionados ao problema do drogatização. Então, esse problema da drogatização leva as pessoas a estarem em situação de rua e esse é um problema planetário, problema do mundo, contemporâneo. No Brasil ele é mais acirrado por conta das nossas diferenças sociais. Então infelizmente a gente tem percebido, nas grandes cidades brasileiras e Santos não foge a essa regra, um aumento da população em situação de rua.

Então o que que nós temos que fazer? Nós temos que dar o encaminhamento pra essas pessoas.

É sempre importante que a gente tenha o quê? Um aumento no acolhimento, isso quer dizer o quê? Aumento de abrigos.

Então teremos quatro novos espaços pra abrigamento das pessoas sendo executados no próximo ano. Hoje nós temos quase seiscentas vagas disponíveis para as em situação de rua. Interessante, uma ocupação média de cerca de 70%, 70, 80%. Então, também é importante sempre a gente mencionar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Eu sei que isso foge até do tema do orçamento, mas eu não posso deixar de falar isso aqui rapidamente, Lucas e demais.

Eu sei que pra todos nós, quando a gente vê uma pessoa numa situação difícil na rua, a gente quer ajudar, porque é do ser humano e aquele que não se sensibiliza com isso tem que repensar os seus princípios, mas melhor forma de ajudar é estimular essa pessoa a procurar um serviço público e não dar o dinheiro e não dar mesmo as vezes uma alimentação, alimentação é sempre muito delicado, se a gente realmente percebe que a pessoa está numa situação de fome, mas a grande maioria das pessoas não passam por essa situação, elas têm uma necessidade de um acolhimento e esse acolhimento é fornecido pela Prefeitura.

Agora o fato é, a gente vai aumentar, a gente vai aumentar essa oferta, porque essa oferta se faz necessária e isso faz com que a gente tenha impactos direto na peça orçamentária.

Então eu estou dizendo isso pra vocês por quê? Porque a colocação do Lucas é perfeita, a gente tem um problema real, o problema tá na frente de todo mundo. Como que a gente resolve esse problema? O primeiro passo é com o orçamento, então tudo que o Plínio ensina, estou agora me dirigindo aos alunos, como é importante isso que a gente tá fazendo aqui hoje, porque se a gente não fizer um orçamento que olhe por isso, não vai ter como melhorar no próximo ano.

Então a segurança desses recursos está justamente nessa peça orçamentária e aí a gente vai ter condição de executar esse serviço nos próximos anos.

É claro, e aí me referindo e agora prometo que eu estou acabando, especificamente na região do mercado a Região Central, Centro expandido, está num processo muito grande de reestruturação. Então temos um conjunto de vetores que vão promover essa revitalização na Região Central. O Mercado Municipal, a revitalização física no mercado, a revitalização física do entorno do Mercado Municipal, o Parque Valongo, ali na região do Valongo, os armazéns que vão ser concebidos ali, vai ser um grande ativo do turismo. Os incentivos que estão sendo dados pela Prefeitura pra que a gente possa agregar moradia de volta na Região Central, então as pessoas voltarem a morar no Centro, o Centro ele precisa ser a Região Central, precisa voltar a ser uma região como qualquer outra da nossa cidade, como é a Ponta da Praia, como é a Nova Cintra, como é o Rádio Clube, como é o Bom Retiro, como é o Marapé, ou seja, as pessoas moram, as pessoas consomem, as pessoas se divertem, o Centro tem que voltar a ser isso e isso a gente precisa trazer que as pessoas voltem a residir no Centro. No dia que a gente conseguir realmente reestruturar, esses são, essas ações que estão acontecendo, que estão em curso, não é uma coisa que "ah, vai acontecer", isso já está aí a gente vai ter de novo uma sensação maior de segurança e uma estabilização maior também nesse controle, se eu posso dizer assim, se é o termo adequado da população em situação de rua.

Aliás, só pra sintetizar, a gente até estava falando isso agora pouco, o Carlos trabalha conosco Segov. O Centro, a gente vai ter um Centro,



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

de novo, a Região Central de novo fortalecida, eu digo de novo porque a cidade começou pelo Centro e aí nós fomos pra orla e agora a gente precisa voltar pro Centro, essa é a realidade, mas quando a gente tiver padaria na Região Central.

Porque veja, vamos pensar assim, é uma simbologia evidentemente o que eu estou dizendo aqui, quando você tem padaria significa que você está vivendo naquela localidade. Hoje se a gente for ver na Região Central não tem padaria, é interessante isso, porque a padaria é o que a gente fala, desce e compra o pão, compra um queijo, compra alguma coisa, um leite, volta pra casa. Então a gente precisa ter, eu acho que é a simbolização final da história do Centro vai ser quando a gente tiver de fato as pessoas circulando. E aí a gente vai ter, não tenho dúvida nenhuma, com todo o entorno, inclusive da região do Mercado Municipal, revitalizado.

E agora é pra concluir mesmo. Mais um ativo que eu deixei de mencionar, mas que é muito importante é o VLT, que vai dialogar diretamente com o Mercado. O VLT as obras estão em curso, todos estão acompanhando, elas vão ser finalizadas em julho do ano que vem, esse é o compromisso do Estado. O Prefeito Rogério Santos, eu costumo dizer isso, ele é um cara muito calmo, é um cara muito tranquilo, mas teve um dia que eu vi o Prefeito bravo foi quando fez reunião lá como pessoal da EMTU, com o pessoal do Estado, porque a obra do VLT é uma obra do Estado, mas está impactando na cidade e ela está demorando. Então ali a gente está brigando muito pra que se concretize logo a obra. E a estação talvez que seja mais emblemática dessa nova consolidação do VLT vai estar na frente do Mercado Municipal, quando você tem esse vetor de mobilidade cruzando todo esse entorno ele também é um indutor justamente dessa região, dessa reestruturação da Região Central num todo.

Então uma enorme sinergia em várias áreas segurança, desenvolvimento social, mobilidade, infraestrutura, moradia, tudo isso acontecendo pra que a gente consiga de fato revitalizar toda a Região Central, começando ali pela Região do Paquetá e do Mercado.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Está bem, Lucas?

**SR. LUCAS:** Perfeito, muito obrigado Secretário.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Obrigado pela pergunta.

Está aberto aí pra se alguém quiser... Pois não, por favor se dirija à tribuna. Seu nome, se puder qualificar mais seria melhor pros nossos registros.

O que o secretário realmente falou aqui, às vezes é obrigado a fugir um pouquinho do assunto, mas tudo se prende ao orçamento, sem esse orçamento nada disso que ele colocou aqui é possível.

Por favor.

**SR. LUIZ HENRIQUE FREITAS DE MORAES:** Uma boa noite a todos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Meu nome é Luiz Henrique Freitas de Moraes e apesar de não ser munícipe aqui da cidade de Santos eu tenho uma dúvida em relação a mobilidade, a infraestrutura e revitalização que é a parte da Avenida Perimetral, que eu gostaria de saber se a Prefeitura ela tem algum plano pra revitalizar a ciclovia daquela região, pois a partir do Canal 7, até mais ou menos a região do Citroscuco a infraestrutura da pavimentação e da própria ciclovia em si, até mesmo da via pra veículos ela deixa a desejar.

E eu gostaria de saber qual que é o plano para revitalizar essa localização.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Antes de passar aqui ao nosso Secretário, eu queria... só pra falar... Fazendo parte da sua colocação dizer que eu venho na Câmara aí há 2 anos lutando pra que a gente possa abrir a 7 de Setembro com a Avenida Portuária pra aliviar um pouco o trânsito das nossas arteriais, principalmente Conselheiro Nébias e Ana Costa.

O Presidente da CODESP, agora mudou o nome – né, Fábio? –, não é mais CODESP.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Autoridade portuária.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Autoridade Portuária já tinha concordado com essa abertura, o município, o Prefeito também, mas agora mudou novamente. Então a gente está insistindo pra que dentro dessa obra do VLT, da entrega do mercado a gente consiga também fazer essa abertura.

E agora eu vou passar pro Secretário para que faça a resposta ao que você colocou. E é muito bom você não ser munícipe, é mais imparcial na colocação.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Maravilha. Não, olha, então é uma colocação muito válida e eu vou ser bem objetivo aqui.

A perimetral é responsabilidade da Autoridade Portuária. Então o que é importante destacar? O Porto, de forma geral, ele é uma área do Governo Federal, isso é um ponto. E a Avenida Perimetral ela tem a responsabilidade direta da Autoridade Portuária, então não é um local em que a Prefeitura realize intervenções.

O que é claro, é importante, que é uma briga importante no cenário nacional. Eu sei que pode ser um pouco complexo isso aqui, mas não é, é bem simples. No final da história, nós temos um órgão, que é um órgão que permite que o Porto sente com acidade e esse órgão, a gente tem condição de fazer agenda de estruturações pra melhorar, não só as ofertas de serviço do porto, mas o impacto que é dirimido na cidade. E um dos pontos principais que nós temos de cobrança em relação a Autoridade Portuária é justamente a manutenção e aprimoramento da Avenida Perimetral. Então tenha certeza que essa tua colocação ela é contínua da Prefeitura em relação ao Porto, mas não é uma responsabilidade direta nossa.

E até só pra... Porque às vezes o pessoal pergunta muito pra gente dessa questão do que a gente está chamando de Parque Valongo,



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

todos estão contextualizados com o Parque Valongo? Do que que eu estou falando aqui? Então, pra você ver. E aí de certa forma dialoga diretamente com o que você está me colocando.

A gente tem ali do armazém 1 ao 7 na região do Valongo, então atrás da Alfândega indo até mais ou menos ali onde está o Museu Pelé. Tudo bem? Mais ou menos essa região. Ali nós temos armazéns que estão muito feios né? E alguns já nem armazém tem mais. Já foi tudo pro chão.

Que que acontece? No momento anterior lá no ano de 2009, salvo me engano, a Prefeitura travou aquela região em comum acordo com o Porto. Foi uma conquista. Por quê? Ali não é possível que se tenha uma operação portuária muito contundente. E aí o que que foi colocado? Não vai ter operação portuária e aqui a gente vai fazer uma reestruturação desse espaço pra que seja de utilização pública. Seja praça pública permitindo diversas atividades. Muito bem. De lá pra cá o que que aconteceu na prática? Nada. Só se deteriorou o espaço. Agora qual que foi a conquista pra cidade agora no ano de 2023? É importante se fazer os registros políticos né? O Ministro Márcio França que é da nossa cidade, né? Nascido aqui, fez uma carreira política aqui na nossa região, o Deputado Paulo Alexandre Barbosa, que foi nosso ex-Prefeito e hoje é Deputado Federal, conseguiram conquistar o Governo Federal um documento. Que que diz esse documento? Veio aqui o Ministro e entregou pro Prefeito Rogério, não a posse, ao contrário, desculpe, não a propriedade, mas a posse do, especificamente falando 4 ao 6. Então, hoje o armazém, o equivalente ao espaço do armazém 4, 5 e 6 estão sob posse do município na cidade de Santos. E agora briga com o Prefeito, agora pode cobrar do Prefeito.

E o que que nós estamos fazendo? Revitalizando toda essa estruturação. E como que a gente vai fazer com o dinheiro do Porto? Porque tem empresas portuárias que estão fazendo investimentos na cidade e que por obrigação tem que investir na cidade. Então a gente direcionou esses recursos e vai reestruturar todo aquele espaço. Então isso vai ser entregue. Então perceba, é uma pactuação em que deu esse espaço especificamente a posse pro município de Santos. E aí com isso a gente consegue fazer as intervenções necessárias e o Parque Valongo será entregue em julho do ano que vem. Esse é um compromisso aí do Prefeito Rogério.

**SR. LUIZ HENRIQUE FREITAS DE MORAES:** Perfeito, muito obrigado, Secretário.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Ok? Obrigado aí pela pergunta. Mais alguém? Eu fico preocupado com o nosso horário também, porque nós estamos no Centro ainda, né? Precisamos revitalizar o Centro pra que a gente possa andar aqui 24 horas e essa colocação do nosso Secretário da padaria, não tinha pensado nisso, mas tem toda razão. A hora que tiver uma padaria no Centro de Santos, falou o Centro tá retomando, né? Dizer que aqui no Centro foi a Santa Casa, aqui no Centro foi a Beneficência Portuguesa que hoje não são mais, né? Então você vê como foram pra lá, mas se a gente for até a Ponta da Praia, até o José Menino, nós não temos mais pra onde ir, nós temos que vir pro Centro mesmo, isso vai ser uma lógica.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Aberto pra mais uma pergunta. Pois não. Por favor em nossa tribuna, se identifique pra que fique registrado. Eu vou dar dois minutos aqui ao nosso Secretário pra que ele faça a resposta.

**CÁSSIO OLIVEIRA:** Olá, boa noite a todos. Boa noite.

Eu tenho duas dúvidas, primeiro... Ah, perdão. Me chamo Cássio Oliveira, tenho 27 anos, atualmente cursando Administração na ETEC.

Minha primeira dúvida seria em relação, já pontuando sobre o VLT. Eu também não sou condômino de Santos e quando teve as obras do VLT em São Vicente alguns comércios tiveram muito impacto, por conta da localização que iriam passar as linhas férreas. Qual seria a melhor forma que vocês hoje, em relação do orçamento a forma de diminuir esses impactos pra esses comércios né? Já que como hoje ele, o VLT, vai estar passando diretamente pelo Centro de Santos.

Minha outra dúvida é referente aos imóveis que hoje são considerados tombados, né? Na cidade de Santos, principalmente no Centro. O que vocês tem em relação pra que possa ser feito uma melhoria, por que já sabemos que não pode ser feito uma reestruturação desses locais e o que vocês vem implementando pra poder resolver esse problema? Porque eu vejo que tem muitos imóveis hoje no Centro de Santos que estão abandonados.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Sim? Maravilha Cássio.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Nós estamos dirigindo a audiência que teria que ser estritamente o orçamento, mas todas as perguntas são pertinentes a ao crescimento. E o crescimento está no orçamento. Então acho que as perguntas cabem também, né Secretário?

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Tranquilo. Claro. E é até uma alegria a gente poder falar aqui. Bom, especificamente com o VLT já foi falado né? As obras estão demorando mais o que era esperado. Isso é um fato. E já foi feito, isso já foi aprovado inclusive com a sensibilidade dos nossos Vereadores aqui também, uma Lei de isenção para os comércios de vários tributos, justamente na região das obras.

Então isso já está valendo e os comerciantes estão isentos de alguns tributos municipais justamente nesse período de obra. Já está acontecendo. E quanto à questão dos imóveis, é um tema interessantíssimo né? A nossa cidade ela tem essa característica né? Nós somos uma cidade histórica e temos aí vários imóveis que realmente que tem algum nível de proteção. Agora, também, por outro lado, é importante a gente esclarecer pra algumas lendas urbanas, né? Existem 4 níveis de proteção, NP 1, NP 2, NP 3, NP 4. Nível de proteção total, total mesmo, ou seja, que não pode fazer praticamente nada de intervenção, são pouquíssimos imóveis. Ouso dizer que não cabem nos dedos de duas mãos. Não passam de dez imóveis, um exemplo ,por exemplo, o Passo Municipal é um deles. São muito poucos. Os outros, eles têm alguns níveis de proteção. E quando se chega no nível de proteção 4, você às vezes tem, por exemplo, uma fachada protegida algo que não é tão complexo assim de se proteger. É claro que a engenharia resolve



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

tudo. Ela consegue fazer qualquer intervenção. Quando você tem que fazer uma intervenção que necessita a proteção histórica e cultural fica mais caro. Isso também é um fato. Mas o fato que eu gostaria de chamar atenção, a maior dos imóveis do Centro que tem algum nível de proteção estão no nível de proteção 3 ou 4. Ou seja, é poucas intervenções de proteção.

Em resumo é plenamente possível, sem que se tenha um gasto muito maior do que seria uma intervenção comum, vamos chamar assim, se realizar obras, intervenções nesses imóveis permitindo com que eles tenham algum nível de utilização. Tem vários no Centro que já estão acontecendo.

Então, bares, restaurantes que conseguiram superar essas instalações, comércios de forma geral e a ideia é que a gente possa estimular os empreendedores a fazer isso. Eu vou até, se me permite dizer, quem tiver um pouquinho de condição de investir nesse momento eu dou essa dica fortemente, invista no Centro. O Centro de Santos daqui a dois, três anos vai tá num momento extremamente especial. Isso vai acontecer. Então quem tiver essa possibilidade, investe agora no Centro, porque vai retorno de longo prazo.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Ok?

**CÁSSIO OLIVEIRA:** Perfeito, agradeço.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Obrigado, hein, por ter vindo. Eu recebi aqui pelo Whats ou pelas nossas redes sociais, uma pergunta de uma inspetora. Eu gostaria até que o Secretário me ajudasse aqui. Como ela formulou a pergunta, eu não entendi direito.

Ela põe aqui, Sílvia, sou inspetora de alunos e gostaria de saber se será destinado um valor maior para atendimento destes alunos. Já que todo o trabalho feito esse ano, ainda assim, faltou atender alguns. Transtornos... Não dá pra entender assim né?

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** É, professora, todas as professoras, todos os profissionais da educação merecem todo o nosso carinho e nossa atenção. Nós tivemos aí o orçamento executado, está sendo executado pela Seduc com investimentos importantes.

O queque é destacável aqui? A meta central do governo Rogério Santos é que a gente consiga chegar em 75% de alunos em período integral. E pra isso a gente fez um investimento muito forte nesse ano na aquisição de novos prédios destinados a unidades escolares, ou seja, a gente vai ampliar os espaços para os nossos alunos pra poder chegar nesse 75%, hoje a gente já tá em 56% que já é um número bastante expressivo pra realidade brasileira, pouquíssimos municípios já tem esse percentual, mas a gente vai chegar aí nos 75. E é evidente que pro próximo exercício a gente vai ter que fazer um esforço financeiro orçamentário nos profissionais.

Então incrementando novos profissionais, Fremar aqui que é o homem que libera o recurso na execução ano já sabe disso, a gente vai ter contratações de profissionais na área da educação, de repente fortalecendo o time de inspetores de alunos que talvez seja esse o contexto que a professora



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

nos questiona. Mas isso será executado no próximo exercício tenham essa certeza.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Alguém mais? Você viu que eu já estou mudando o tom aqui, né? Preocupado com o horário também. Ninguém mais?

Lá? Não. É? Aqui também?

**SR. LUIZ FELIPE RAMPAZZO:** Boa noite secretários, professor, economista, Vereador. Vou ter uma dúvida referente a ... Perdão. Me chamo Luiz Felipe Rampazzo, sou morador daqui de Santos mesmo.

E uma dúvida sobre o planejamento. Que no caso demonstrou ali pelo economista Plínio que as fontes da receita é a tributação e receitas que vem do Governo Federal. D

A minha questão tá referente, sobre o que no caso foi demonstrado os 10% de gráfico, os 10% de receita que acaba entrando na fonte de receita do da cidade que foi demonstrado que tanto a receita quanto despesa são igualmente equilibradas. A minha dúvida tá se aí nesses 10% que acaba variando que são os valores referente a taxa, ah perdão, contribuição, patrimônio, transferências não, outras receitas de como consegue fechar as contas, sendo que são valores que sempre acaba variando de ano pra ano. São valores mais difícil de precisar conforme o tempo vai passando.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Plínio, responde Fábio?

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Eu posso fazer uma, só uma abordagem geral? E o Plínio reforça aqui.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Dois minutos pra cada um no máximo.

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** Um minutinho. Mas é que é só pra até fazer de uma forma mais descontraída aqui. Dei duas situações. Ou a gente fica com restos a pagar, que é um modo bonito de dizer dívida pro outro ano ou nós ficamos com superávit, é evidente que o cenário perfeito, perfeito, perfeito é que a gente equaciona, por quê? Eles, o Plínio, o Fremar, que é o pessoal da área de finanças ficam muito feliz quando tem o superávit, significa que a gente fez é o dever de casa econômico de forma bacana, mas a lógica pro Prefeito, pro agente público é: "Puxa, eu podia ter investido um pouquinho mais, eu podia ter feito alguma coisinha a mais", e o Poder Público, a Prefeitura de forma geral ela não é um órgão pra dar lucro, não tem que no final do ano "sobrou dinheiro, vamos comemorar", sobrou dinheiro ótimo, fizemos um trabalho de equilíbrio fiscal.

**- Manifestações fora dos microfones.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

**SR. SECRETÁRIO FÁBIO FERRAZ:** É, mas não é pra sobrar, esse é o ponto. Mas o Plínio vai responder com mais propriedade técnica ainda do que essa é a minha observação.

**SR. PLÍNIO ROLIM:** Oi Luiz, estava falando pro Secretário: curioso que os alunos que eu imaginei que perguntariam perguntaram, ainda está faltando uns dois ou três aqui, que eu não vou citar nominalmente, mas eu sabia que assim que são os alunos aqui, aqueles mais participativos que a gente sempre tem durante a aula. Acho que eles querem ficar até às 11, Vereador, que é o horário da aula é até as 11, então eles já estão acostumados, só que...

Mas vamos lá Luiz, é basicamente isso que o Secretário falou. Então assim, a gente coloca lá, a gente, como foi dito, a gente estima a receita e fixa as despesas. Entretanto tem ali uma diferenciação básica que a gente faz, que são os recursos do tesouro, que é o recurso próprio, recurso do IPTU, recurso do ISS, aqueles valores que a gente arrecada. Os recursos externos, que a gente chama, então seria a fonte dois, que é o recurso do Estado, fonte cinco, via de regra esses recursos eles são vinculados, esse recurso quando ele vem, ele é pra uma aplicação específica. Então vem recurso do Estado, aquele recurso é pra fazer aquela praça, vem um Recurso Federal, o recurso é pra comprar aquele tipo de medicamento ou pra aplicar naquele lugar. Então, esses recursos eles já vem ali específicos, nós não temos ali uma livre aplicação como seria, por exemplo, de recursos do tesouro.

E o orçamento, essa peça complexa aí, 4 bilhões e 800, apesar de todo o nosso esforço seria impossível ser feito simplesmente por duas pessoas lá no DEORG com o suporte da Secretaria de Finanças, com as diretrizes do Secretário Fábio. Todas as secretarias pessoal, todas essas que nós elencamos eles tem pontos focais, são pessoas da área do financeiro, das secretarias que nos auxiliam na elaboração. Então durante o orçamento nós damos capacitação pra essas pessoas e toda a intercomunicação é feita com eles. E são as secretarias que indicam essas fontes externas.

Eu, por exemplo, não sei que despesa a Secretaria de Meio Ambiente vai ter, que convênio vai ter, então eles informam pra gente, eu não sei que recurso a Secretaria de Cultura vai receber. Então durante a elaboração do orçamento eles informam pra gente, então via de regra esses recursos de fonte cinco, por exemplo, esses Recursos Federais que você viu, ele já vem com essa vinculação.

Resumindo, se o recurso não vem a coisa não acontece. Tá? Se o recurso vem a coisa não acontece, mas e quando é aquela premência que tem que acontecer, aí às vezes pode acontecer do recurso do tesouro, se for uma política pública, se for uma prioridade, algo que tem que acontecer, aí pega o recurso do tesouro e vai lá e suplementa pra aquela despesa. Entendeu? Mas é assim que a gente atende.

E tem uma outra coisa que se chama programação financeira também, todo mês, assim, a gente já tem a programação do que vai gastar durante todo o próximo ano. Então a Secretaria de Finanças ali, na figura do Fremar, ele faz o acompanhamento, por exemplo, dessa arrecadação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Se vê que a arrecadação em janeiro, que a gente já sabe quanto que recebe de IPTU, de IPVA, a gente já sabe tudo isso quanto que recebe, se vê que caiu um pouquinho a gente já dá uma segurada nas despesas. É como se fosse na sua casa isso, à medida que o dinheiro vai entrando a gente vai utilizando, se der uma caída com relação à média histórica a gente segura.

E esses recursos Estaduais e Federais eles são vinculados, se o recurso não vem a despesa não acontece. E se for muito necessário a gente suplementa de fonte um. É assim.

**SR. LUIZ FELIPE RAMPAZZO:** Obrigado, professores.

**SR. PRESIDENTE ADEMIR PESTANA:** Muito obrigado, hein, muito boa a pergunta. Os alunos aí estão afiados aí.

Nenhuma mais pergunta? Não mais? Então vamos encaminhando aqui pro encerramento.

Agradecer a presença de vocês, o Brasil precisa de vocês, vocês são jovem, precisam se dedicar mesmo, quem sabe futuramente vocês estão exercendo algum cargos como os nossos Secretários que estão aqui assumindo, de muita responsabilidade, ou seja na iniciativa privada, mas é muito importante a vossa formação.

Então caminhando aqui para o encerramento. Eu queria agradecer desde já o nosso Secretário de Governo Fábio Ferraz, da qual vocês também ficaram conhecendo, ele é o Secretário de Governo, tudo passa na mesa dele, tudo passa, tem o Parecer e depois é encaminhado para as secretarias e depois aquilo que é pertinente ao Prefeito vai pro Prefeito, mas primeiro passa por ele.

Então precisa-se ter ali uma pessoa capaz, uma pessoa que entenda mesmo pra que as coisas não se percam tempo e se siga estritamente o que a Lei determina. Então esse é o nosso Secretário Fábio Ferraz que tem condição também pra ser Prefeito na cidade, essa também é a minha opinião.

Querida agradecer o Secretário de Finanças Adriano Leocádio, representado aqui pelo Fremar Gávio, seu assessor, contabilista, economista, igual muitos aqui, obrigado pela presença. O Sr. Plínio Rolim Aguiar, economista da KF, da Segov. Secretário de Governo também, trabalha junto lá com o Fábio, tem que passar pelo Fábio senão as coisas não vão. O Sr. Flávio Mesquita, da ETEC, Flávia Mesquita, desculpe, da ETEC Escolástica Rosa, coordenadora do curso técnico em administração, muito pela presença. Eu só... O Sr. Ronaldo Santiago, que é o Secretário em exercício de Assuntos Estratégicos Legislativo e Metropolitanos. O Ronaldo é o intermediário entre a Câmara e o Executivo, ele sempre está aqui "o Prefeito vai encaminhar pra vocês um Projeto pra isso", aí ele vê se a Câmara tem uma boa aceitação, se não tem ele passa a informação pro Secretário, aí o Secretário modifica um pouquinho o Projeto até que seja atendido. Então ele é o porta-voz do Prefeito junto com a Câmara Municipal.

Então nada mais, obrigado pela presença de todos. Está lá na transparência do site da Câmara também tudo que foi apresentado aqui.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Eu sou o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Aquilo que o Secretário Ferraz já falou desse Projeto que vem pra Casa, já estou dizendo pra ele que já está... Se depender da Secretaria de Finanças e Orçamento e do Presidente já terá Parecer favorável sim, é eminente que se a gente aprove Projeto com esse conteúdo.

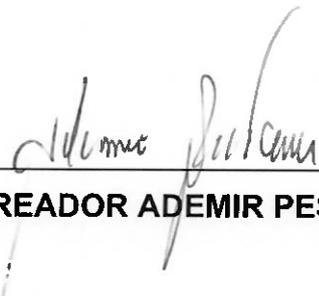
Então, nada mais.

Declaro aqui encerrada a Audiência Pública da Prestação da Lei Orçamentária.

Boa noite a todos.

**- Palmas.**

**- Encerra-se a Sessão às 20 horas e 43 minutos.**

  
\_\_\_\_\_  
**VEREADOR ADEMIR PESTANA**